





**Fundo Municipal de Saúde**

# BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Saúde

Exercício de 2018

**Balanço Financeiro**  
**Anexo 13 da Lei Federal 4.320/64**

**Prestação de Contas de Gestão**  
**Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018 e atualizada**  
**pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019**



## APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Saúde contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimoniais Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil **E-Pública**, como nas respectivas Notas Explicativas.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 9 – Contabilização de retenções; 10 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 11 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 12 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 13 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 52, de 13 de fevereiro de 2019, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida fluante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros. Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.



Analisando os resultados de 2018, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram **R\$ 13.963.119,48**. E os ingressos extraorçamentários **R\$ 6.025.123,21**. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de **R\$ 26.749.745,87**. Os desembolsos extraorçamentários foram de **R\$ 5.467.693,28**. As transferências financeiras concedidas e recebidas foram no total de **R\$ 13.679.466,48**. Os saldos vindos do exercício anterior (01/01/2018) totalizaram **R\$ 1.873.952,76**. Ao final do exercício (31/12/2018) os saldos finais totalizaram **R\$ 3.324.222,78**, gerando resultado (superavitário) de **R\$ 1.450.270,02**.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes ao Fundo Municipal de Saúde.

ADJA GEORGIA BARROS VIEIRA  
**Secretária de Saúde**

**BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALGUEIRO**  
**Demonstrações Contábeis da Gestão do Fundo Municipal de Saúde do Município de Salgueiro**



**Exercício de 2018**

(Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, atualizada pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019)

NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

**a) INFORMAÇÕES GERAIS:**

<b>Nome do órgão ou entidade:</b> Fundo Municipal de Saúde
<b>Natureza jurídica (conforme código da RFB):</b> 120-1 – Fundo Público
<b>CNPJ:</b> 10.233.967/0001-77
<b>Domicílio do órgão ou entidade:</b> Rua Joaquim Sampaio, nº 279 Bairro: N. S. Das Graças – Cidade: Salgueiro – Pernambuco – CEP: 56.000-000.
<b>Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:</b> O Fundo Municipal de Saúde de Salgueiro concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral". A população estimada pelo IBGE é de 60.604 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2.2%. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2.078 de 20 de Dezembro de 2018 (LOA 2018). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).
<b>Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:</b> Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
<b>As demonstrações contábeis:</b> A demonstração contábil abrange o Fundo Municipal de Saúde do Município de Salgueiro, conforme a seguir: 1) Fundo Municipal de Saúde
<b>Dados do gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município:</b> Nome: Adja Georgia Barros Vieira. Cargo: Secretário. Período de gestão: 06/11/2018 a 31/12/2018.
<b>Dados do contador (a) do Fundo Municipal responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis e notas explicativas:</b> Nome: Rostand Falcão de Lima. CRC-PE nº 019974/O-8. E-mail: rostandfalcao@hotmail.com
<b>Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Municipal de Saúde:</b> Nome: Dilliane de Lima Bezerra. Portaria nº: 025/2017. E-mail: dillianelima@hotmail.com
<b>Dados do Controlador Geral do Município:</b> Nome: Franclecio Leandro de Sá Parente. Portaria nº: 963/2018. E-mail: franclecio.parente@gmail.com
<b>Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:</b> Fundos - E-Pública;
<b>Endereço eletrônico do Portal da Transparência:</b> <a href="http://www.salgueiro.pe.gov.br/transparencia/index.htm">www.salgueiro.pe.gov.br/transparencia/index.htm</a>

**b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:**

**b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:**

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na



consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Pú (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 047/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

#### **b.2. Bases de mensuração utilizadas:**

O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

##### **b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:**

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

##### **b.2.2 Créditos a curto prazo:**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

##### **b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:**

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

##### **b.2.4 Estoques:**

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

##### **b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:**

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

##### **b.2.6 Imobilizado:**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do Fundo Municipal de Saúde o deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

##### **b.2.7 Intangível:**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.



#### **b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

#### **b.2.9 Passivo circulante e não circulante:**

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

#### **b.2.10 Empréstimos e financiamentos:**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **b.2.11 Provisões:**

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

#### **b.2.12 Apuração do resultado:**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do Fundo Municipal de Saúde segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

#### **b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:**

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

#### **b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Financeiro.

A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.

### **c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:**



**c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:**

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018  
 (REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

<b>Fundo Municipal de Saúde de Salgueiro</b>		Usuário: Karoline Alves	Chave de Autenticação 1768-2412-160	Página 1 / 1
RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE CNPJ: 10.233.967/0001-77				
<b>Anexo 13 - Balanço Financeiro</b>				
Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018 Despesa realizada: Empenhada				
<b>Ingressos</b>				
ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Receita orçamentária (I)</b>	<b>NOTA 1</b>	<b>13.963.119,48</b>	<b>11.056.887,09</b>	
<b>Ordinária</b>		<b>3.019.032,17</b>	<b>2.500.526,35</b>	
<b>Vinculada</b>		<b>10.944.087,31</b>	<b>8.556.360,74</b>	
Recursos vinculados à educação				
Recursos vinculados à saúde		10.932.878,89	8.371.780,74	
Recursos vinculados à previdência social - RPPS				
Recursos vinculados à seguridade social				
Outras destinações de recursos		11.208,42	184.580,00	
<b>(-) Deduções da receita</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>Ordinária</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>Vinculada</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Recursos vinculados à educação				
Recursos vinculados à saúde				
Recursos vinculados à previdência social - RPPS				
Recursos vinculados à seguridade social				
Outras destinações de recursos				
<b>Transferências financeiras recebidas (II)</b>	<b>NOTA 2</b>	<b>13.679.466,48</b>	<b>12.093.326,73</b>	
Para execução orçamentária		13.679.466,48	12.093.326,73	
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS				
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS				
<b>Recebimentos extraorçamentários (III)</b>	<b>NOTA 3</b>	<b>6.025.123,21</b>	<b>4.609.170,50</b>	
Inscrição de restos a pagar processados		950.200,30	552.440,92	
Inscrição de restos a pagar não processados		145.665,00		
Depósitos restituíveis e valores vinculados		4.612.659,96	4.056.729,58	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		316.597,95		
<b>Saldo em espécie do exercício anterior (IV)</b>	<b>NOTA 4</b>	<b>1.873.952,76</b>	<b>1.747.851,40</b>	
Caixa e equivalentes de caixa		1.678.933,52	1.552.832,16	
Investimentos e aplicações temporárias				
Depósitos restituíveis e valores vinculados		195.019,24	195.019,24	
Outros rendimentos				
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>35.541.661,93</b>	<b>29.507.235,72</b>	

**Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA:** O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2018 foi de R\$ 13.963.119,48.

**Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS:** O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 13.679.466,48 e para cobertura do déficit financeiro do RPPS de R\$ 0,00, ambas totalizando o valor de R\$ 0,00.

**Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS:** Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 6.025.123,21, sendo R\$ 4.612.659,96, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 1.095.865,3 relativo a inscrição dos restos a pagar e R\$ 316.597,95 de outros recebimentos extraorçamentários.

**Nota 4) SALDO DO ANTERIOR:** O valor disponível em bancos em 31/12/2017 foi de R\$ 1.678.933,52, além de R\$ 0,00 em investimentos e aplicações temporárias. O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 195.019,24. Foi incluído no saldo em espécie anterior na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 0,00 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 7ª Edição/Anexos/PCASP/IPC 00 Anexo 03. Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e





aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

<b>Dispêndios</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>		<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Despesa orçamentária (VI)</b>	<b>NOTA 5</b>	<b>26.749.745,87</b>	<b>23.765.395,69</b>
<b>Ordinária</b>		<b>3.516.212,86</b>	<b>2.960.395,38</b>
<b>Vinculada</b>		<b>23.233.533,01</b>	<b>20.805.000,31</b>
Recursos vinculados à educação			
Recursos vinculados à saúde		23.233.533,01	20.805.000,31
Recursos vinculados à previdência social - RPPS			
Recursos vinculados à seguridade social			
Outras destinações de recursos			
<b>Transferências financeiras concedidas (VII)</b>	<b>NOTA 6</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Para execução orçamentária			
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS			
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS			
<b>Pagamentos extraorçamentários (VIII)</b>	<b>NOTA 7</b>	<b>5.467.693,28</b>	<b>3.867.887,27</b>
Pagamento de restos a pagar processados		529.150,47	72.058,85
Pagamento de restos a pagar não processados			
Depósitos restituíveis e valores vinculados		4.938.542,81	3.795.828,42
Outros Pagamentos Extraorçamentários			
<b>Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX)</b>	<b>NOTA 8</b>	<b>3.324.222,78</b>	<b>1.873.952,76</b>
Caixa e equivalentes de caixa		3.129.203,54	1.678.933,52
Investimentos e aplicações temporárias			
Depósitos restituíveis e valores vinculados		195.019,24	195.019,24
Outros rendimentos			
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>35.541.661,93</b>	<b>29.507.235,72</b>

Nota 5) **DESPESA ORÇAMENTÁRIA:** A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 26.749.745,87.

Nota 6) **TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS:** O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) **PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS:** Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 5.467.693,28. Deste valor os restos a pagar processados somam R\$ 529.150,47, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 4.938.542,81.

Nota 8) **SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE:** O valor disponível em bancos em 31/12/2018 foi de R\$ 3.129.203,54. Além de R0,00 em investimentos e aplicações temporárias e depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 195.019,24, totalizando R\$ 3.324.222,78. Ao compararmos o saldo ao final do exercício de 2017 (R\$ 1.873.952,76), nota-se uma variação positiva na ordem de R\$ 1.450.270,02.

Foi incluído no saldo em espécie para o exercício seguinte na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 0,00 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 7ª Edição/Anexos/PCASP/IPC 00 Anexo 03. Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

**d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

- |   |
|---|
| <b>d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:</b><br>Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.   |
| <b>d.2.Divulgações não financeiras:</b><br>Não se aplica a este demonstrativo.  |
| <b>d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:</b><br>Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da |



entidade.

**d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:**

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

**e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:**

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:**

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**g) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 047/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**

**g.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

Esta demonstração contábil atende às exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**g.2. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço Financeiro:**

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

**g.3. Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:**

Rubrica	Fonte de Recursos Próprios	Fonte de Recursos Vinculados
1.7.2.1.01.02.01 Cota parte do FPM.	0,00	0,00
1.7.2.1.01.05.01 Cota parte do ITR.	0,00	0,00
1.7.2.1.36.01.00 ICMS Desoneração LC 87/96.	0,00	0,00
1.7.2.2.01.01.00 ICMS Estado	0,00	0,00
1.7.2.2.01.02.00 IPVA	0,00	0,00
1.7.2.2.01.04.00 IPI	0,00	0,00
1.3.2.8.10.00.00 Remunerações do RPPS	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções na fonte de recursos ordinários e do RPPS. Desta forma, a receita bruta total foi de R\$ 0,00, enquanto as deduções somam R\$ 0,00, representando o valor líquido de R\$ 0,00.

**h) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:**

**i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):**

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	31/12/2017	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis	Secretária de Saúde	01/01/2021	Em andamento



	conforme MCASP.			
<b>Ação</b>	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2020	Em andamento
<b>Ação</b>	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2020	Em andamento
<b>Ação</b>	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2023	Em andamento
<b>Ação</b>	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2023	Em andamento
<b>Ação</b>	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2016	Concluído
<b>Ação</b>	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>



	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de <i>softwares</i> , marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2022	Concluído
<b>Ação</b>	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

**PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP**

<b>Ação</b>	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído

**PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP**

<b>Ação</b>	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

---

**ADJA GEORGIA BARROS VIEIRA**  
Secretária de Saúde

---

**ROSTAND FALCÃO DE LIMA**  
Contador  
CRC-PE Nº 019974/O-8

# Fundo Municipal de Educação de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE  
CNPJ: 23.752.598/0001-70

Usuário: Karoline Alves	Chave de Autenticação 1483-7594-611	Página 1 / 1
-------------------------	--	-----------------

## Anexo 13 - Balanço Financeiro

Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

Despesa realizada: Empenhada

Ingressos			Dispêndios		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita orçamentária (I) NOTA 1</b>	<b>31.136.971,31</b>	<b>28.896.596,10</b>	<b>Despesa orçamentária (VI) NOTA 5</b>	<b>39.606.644,28</b>	<b>39.212.388,37</b>
Ordinária	27.568,85	599,92	Ordinária	7.558.425,96	8.925.196,06
Vinculada	31.109.402,46	28.895.996,18	Vinculada	32.048.218,32	30.287.192,31
Recursos vinculados à educação	31.109.402,46	25.108.844,29	Recursos vinculados à educação	31.779.993,01	27.220.877,11
Recursos vinculados à saúde			Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS			Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social		347.813,37	Recursos vinculados à seguridade social		577.646,70
Outras destinações de recursos		3.439.338,52	Outras destinações de recursos	268.225,31	2.488.668,50
<b>(-) Deduções da receita</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			
Ordinária	0,00	0,00			
Vinculada	0,00	0,00			
Recursos vinculados à educação					
Recursos vinculados à saúde					
Recursos vinculados à previdência social - RPPS					
Recursos vinculados à seguridade social					
Outras destinações de recursos					
<b>Transferências financeiras recebidas (II) NOTA 2</b>	<b>7.978.605,48</b>	<b>8.521.462,38</b>	<b>Transferências financeiras concedidas (VII) NOTA 6</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Para execução orçamentária	7.978.605,48	8.521.462,38	Para execução orçamentária		
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS			Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS			Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		
<b>Recebimentos extraorçamentários (III) NOTA 3</b>	<b>8.278.133,40</b>	<b>9.209.594,36</b>	<b>Pagamentos extraorçamentários (VIII) NOTA 7</b>	<b>7.188.325,72</b>	<b>6.991.850,86</b>
Inscrição de restos a pagar processados	1.350.161,34	1.807.645,04	Pagamento de restos a pagar processados	808.699,92	741.110,27
Inscrição de restos a pagar não processados		980.009,85	Pagamento de restos a pagar não processados		40.538,26
Depósitos restituíveis e valores vinculados	6.914.455,25	6.421.939,47	Depósitos restituíveis e valores vinculados	6.379.625,80	6.210.202,33
Outros Recebimentos Extraorçamentários	13.516,81		Outros Pagamentos Extraorçamentários		
<b>Saldo em espécie do exercício anterior (IV) NOTA 4</b>	<b>965.435,73</b>	<b>542.022,12</b>	<b>Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX) NOTA 8</b>	<b>1.564.175,92</b>	<b>965.435,73</b>
Caixa e equivalentes de caixa	965.435,73	542.022,12	Caixa e equivalentes de caixa	1.564.175,92	965.435,73
Investimentos e aplicações temporárias			Investimentos e aplicações temporárias		
Depósitos restituíveis e valores vinculados			Depósitos restituíveis e valores vinculados		
Outros rendimentos			Outros rendimentos		
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>48.359.145,92</b>	<b>47.169.674,96</b>	<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>48.359.145,92</b>	<b>47.169.674,96</b>

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

**MARIA AUDECI GOES FERREIRA MARTINS**  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO  
CPF: 310.913.504-34

**ROSTAND FALCÃO DE LIMA**

CONTADOR  
Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCÃO DE LIMA  
Acesse em: https://eicr://eicr/ce:pe.gov.br/epp/validaDoc:seam Código do documento: a41992721-d596d-172766  
CRC/PE - 019974/O-8





**Fundo Municipal de Educação**

# BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Educação

Exercício de 2018

**Balanço Financeiro**  
Anexo 13 da Lei Federal 4.320/64

**Prestação de Contas de Gestão**  
Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018 e atualizada  
pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019



## APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Educação contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil **E-Pública**, como nas respectivas Notas Explicativas.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 9 – Contabilização de retenções; 10 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 11 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 12 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 13 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 52, de 13 de dezembro de 2019, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros. Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.





Analisando os resultados de 2018, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram **R\$ 31.136.971,31**. E os ingressos extraorçamentários **R\$ 8.278.133,40**. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de **R\$ 39.606.644,28**. Os desembolsos extraorçamentários foram de **R\$ 7.188.325,72**. As transferências financeiras concedidas e recebidas foram no total de **R\$ 7.978.605,48**. Os saldos vindos do exercício anterior (01/01/2018) totalizaram **R\$ 965.435,73**. Ao final do exercício (31/12/2018) os saldos finais totalizaram **R\$ 1.564.175,92**, gerando o resultado (superavitário/deficitário) de **R\$ 598.740,19**.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes ao Fundo Municipal de Educação.

MARIA AUDECI GOES FERREIRA MARTINS  
**Secretária de Educação**

**BALANÇO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SALGUEIRO**  
**Demonstrações Contábeis da Gestão do Fundo Municipal de Educação do Município**  
**Salgueiro**  
**Exercício de 2018**



(Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, atualizada pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019)

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)**

**a) INFORMAÇÕES GERAIS:**

<b>Nome do órgão ou entidade:</b> Fundo Municipal de Educação
<b>Natureza jurídica (conforme código da RFB):</b> 120-1 – Fundo Público
<b>CNPJ:</b> 23.752.598/0001-70
<b>Domicílio do órgão ou entidade:</b> Rua Joaquim Sampaio, nº 279 – Bairro: N. S. Das Graças – Cidade: Salgueiro – Pernambuco – CEP: 56.000-000.
<b>Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:</b> O Fundo Municipal de Educação de Salgueiro concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Público” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal manutenção das ações e serviços públicos na área da Educação, bem como a realização de investimentos necessários para atender os alunos da rede municipal de ensino e inserir/acompanhar ações educativas no município. A natureza de suas operações deriva dos repasses do tesouro municipal e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2.078 de 20 de dezembro de 2017 (LOA para o ano de 2018).
<b>Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:</b> Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 84 de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
<b>As demonstrações contábeis:</b> A demonstração contábil abrange o Fundo Municipal de Educação do Município de Salgueiro, conforme a seguir: 1) Fundo Municipal de Educação
<b>Dados do gestor do Fundo Municipal de Educação do Município:</b> Nome: Maria Audeci Goes Ferreira Martins. Cargo: Secretária. Período de gestão: 01/01/2018 a 31/12/2018.
<b>Dados do contador (a) do Fundo Municipal responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis e notas explicativas:</b> Nome: Rostand Falcão de Lima. CRC-PE nº019974/O-8. E-mail: <a href="mailto:rostandfalcao@hotmail.com">rostandfalcao@hotmail.com</a> .
<b>Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Municipal de Educação:</b> Nome: Hanyelle Matias Santos. Portaria nº: 199/2018. E-mail: <a href="mailto:hanyelle_matias@hotmail.com">hanyelle_matias@hotmail.com</a> .
<b>Dados do Controlador Geral do Município:</b> Nome: Franclecio Leandro de Sá Parente. Portaria nº: 963/2018. E-mail: <a href="mailto:franclecio.parente@gmail.com">franclecio.parente@gmail.com</a> .
<b>Nome do Software de Contabilidade utilizado no Fundo de Educação:</b> Fundos - E-Pública;
<b>Endereço eletrônico do Portal da Transparência:</b> <a href="http://www.salgueiro.pe.gov.br/transparencia/index.htm">www.salgueiro.pe.gov.br/transparencia/index.htm</a>

**b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:**

<b>b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:</b> Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às
---

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA  
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam>



regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 047/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

#### **b.2. Bases de mensuração utilizadas:**

O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registro patrimonial dos grupos descritos a seguir:

##### **b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:**

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes de curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

##### **b.2.2 Créditos a curto prazo:**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

##### **b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:**

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

##### **b.2.4 Estoques:**

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

##### **b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:**

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

##### **b.2.6 Imobilizado:**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do Fundo Municipal de Educação deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

##### **b.2.7 Intangível:**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.



### **b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Para simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

### **b.2.9 Passivo circulante e não circulante:**

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

### **b.2.10 Empréstimos e financiamentos:**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos de dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

### **b.2.11 Provisões:**

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perdas observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

### **b.2.12 Apuração do resultado:**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do Fundo Municipal de Educação segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

### **b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:**

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

### **b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Financeiro.

A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.

## **c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:**

### **c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:**

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas



em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018  
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA  
Acesse em: [https://etec.tec.pe.gov.br/etec/validarDoc.aspx?codigo\\_documento=44199221-4398-4333-434a-800b37366d56](https://etec.tec.pe.gov.br/etec/validarDoc.aspx?codigo_documento=44199221-4398-4333-434a-800b37366d56)

Fundo Municipal de Educação de Salgueiro		
RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE CNPJ: 23.752.598/0001-70		
Usuário: Karollne Alves		Chave de Autenticação 1483-7594-611
		Página 1 / 1
Anexo 13 - Balanço Financeiro		
Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018 Despesa realizada: Empenhada		
Ingressos		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita orçamentária (I) NOTA 1</b>	<b>31.136.971,31</b>	<b>28.896.596,10</b>
Ordinária	27.568,85	599,92
Vinculada	31.109.402,46	28.895.996,18
Recursos vinculados à educação	31.109.402,46	25.108.844,29
Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social		347.813,37
Outras destinações de recursos		3.439.338,52
<b>(-) Deduções da receita</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ordinária	0,00	0,00
Vinculada	0,00	0,00
Recursos vinculados à educação		
Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos		
<b>Transferências financeiras recebidas (II) NOTA 2</b>	<b>7.978.605,48</b>	<b>8.521.462,38</b>
Para execução orçamentária	7.978.605,48	8.521.462,38
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		
<b>Recebimentos extraorçamentários (III) NOTA 3</b>	<b>8.278.133,40</b>	<b>9.209.594,36</b>
Inscrição de restos a pagar processados	1.350.161,34	1.807.645,04
Inscrição de restos a pagar não processados		980.009,85
Depósitos restituíveis e valores vinculados	6.914.455,25	6.421.939,47
Outros Recebimentos Extraorçamentários	13.516,81	
<b>Saldo em espécie do exercício anterior (IV) NOTA 4</b>	<b>965.435,73</b>	<b>542.022,12</b>
Caixa e equivalentes de caixa	965.435,73	542.022,12
Investimentos e aplicações temporárias		
Depósitos restituíveis e valores vinculados		
Outros rendimentos		
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>48.359.145,92</b>	<b>47.169.674,96</b>

**Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA:** O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2018 foi de R\$ 31.136.971,31.

**Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS:** O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 7.978.605,48 e para cobertura do déficit financeiro do RPPS de R\$ 0,00, ambas totalizando o valor de R\$ 7.978.605,48.

**Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS:** Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 8.278.133,40, sendo R\$ 6.914.455,25, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 1.350.161,34 relativo a inscrição dos restos a pagar e R\$ 13.516,81 de outros recebimentos extraorçamentários.

**Nota 4) SALDO DO ANTERIOR:** O valor disponível em bancos em 31/12/2017 foi de R\$ 965.435,73, além de R\$ 0,00 em investimentos e aplicações temporárias. O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00. Foi incluído no saldo em espécie anterior na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 0,00 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN n° 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 7ª Edição/Anexos/PCASP/IPC 00 Anexo 03. Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.



Dispêndios		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa orçamentária (VI) NOTA 5</b>	<b>39.606.644,28</b>	<b>39.212.388,37</b>
<b>Ordinária</b>	<b>7.558.425,96</b>	<b>8.925.196,06</b>
<b>Vinculada</b>	<b>32.048.218,32</b>	<b>30.287.192,31</b>
Recursos vinculados à educação	31.779.993,01	27.220.877,11
Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social		577.646,70
Outras destinações de recursos	268.225,31	2.488.668,50
<b>Transferências financeiras concedidas (VII) NOTA 6</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Para execução orçamentária		
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		
<b>Pagamentos extraorçamentários (VIII) NOTA 7</b>	<b>7.188.325,72</b>	<b>6.991.850,86</b>
Pagamento de restos a pagar processados	808.699,92	741.110,27
Pagamento de restos a pagar não processados		40.538,26
Depósitos restituíveis e valores vinculados	6.379.625,80	6.210.202,33
Outros Pagamentos Extraorçamentários		
<b>Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX) NOTA 8</b>	<b>1.564.175,92</b>	<b>965.435,73</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.564.175,92	965.435,73
Investimentos e aplicações temporárias		
Depósitos restituíveis e valores vinculados		
Outros rendimentos		
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>48.359.145,92</b>	<b>47.169.674,96</b>

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 39.606.644,28.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 7.188.325,72. Deste valor os restos a pagar processados somam R\$ 808.699,92, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 6.379.625,80.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2018 foi de R\$ 1.564.175,92, além de R\$ 0,00 em investimentos e aplicações temporárias e depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00, totalizando R\$ 1.564.175,92. Ao compararmos o saldo ao final do exercício de 2017 (R\$ 965.435,73), nota-se uma variação positiva na ordem de R\$ 598.740,19.

Foi incluído no saldo em espécie para o exercício seguinte na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 0,00 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 7ª Edição/Anexos/PCASP/IPC 00 Anexo 03. Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

#### d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

##### d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

##### d.2. Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

##### d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

##### d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.



- e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPON PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

- f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

- g) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 048/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

**g.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**g.2. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço Financeiro:**

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

**g.3. Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:**

Rubrica	Fonte de Recursos Próprios	Fonte de Recursos Vinculados
1.7.2.1.01.02.01 Cota parte do FPM.	0,00	0,00
1.7.2.1.01.05.01 Cota parte do ITR.	0,00	0,00
1.7.2.1.36.01.00 ICMS Desoneração LC 87/96.	0,00	0,00
1.7.2.2.01.01.00 ICMS Estado	0,00	0,00
1.7.2.2.01.02.00 IPVA	0,00	0,00
1.7.2.2.01.04.00 IPI	0,00	0,00
1.3.2.8.10.00.00 Remunerações do RPPS	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções na fonte de recursos ordinários e do RPPS. Desta forma, a receita bruta total foi de R\$ 0,00, enquanto as deduções somam R\$ 0,00, representando o valor líquido de R\$ 0,00.

- h) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

**h.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):**

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	31/12/2017	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual





	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2020	Em andamento
<b>Ação</b>	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2020	Em andamento
<b>Ação</b>	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2023	Em andamento
<b>Ação</b>	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2023	Em andamento
<b>Ação</b>	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2016	Concluído
<b>Ação</b>	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de <i>softwares</i> , marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			





Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	<b>16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	<b>17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2022	Concluído
<b>Ação</b>	<b>19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

**PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP**

<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído

**PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP**

<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP**

<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis	Secretária de Educação	Imediato	Concluído



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA  
Assinatura em: <https://etec.tce.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 44199221-4398-4333-434a-800b37386d56

	com a "Nova" estrutura do MCASP.			
--	----------------------------------	--	--	--

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

---

**MARIA AUDECI GOES FERREIRA MARTINS**  
Secretária de Educação

---

**ROSTAND FALCÃO DE LIMA**  
Contador  
CRC-PE Nº 019974/O-8

# Fundo Municipal de Assistência Social de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE  
CNPJ: 12.027.569/0001-20

Usuário: Rostand	Chave de Autenticação 1799-3194-626	Página 1 / 1
------------------	--	-----------------

## Anexo 13 - Balanço Financeiro

Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

Despesa realizada: Empenhada

Ingressos				Dispêndios			
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior		
<b>Receita orçamentária (I) NOTA 1</b>	<b>1.399.672,46</b>	<b>1.721.302,82</b>	<b>Despesa orçamentária (VI) NOTA 5</b>	<b>3.412.485,16</b>	<b>2.820.781,45</b>		
<b>Ordinária</b>	<b>1.325,18</b>	<b>50.619,03</b>	<b>Ordinária</b>	<b>1.673.985,45</b>	<b>2.083.857,86</b>		
<b>Vinculada</b>	<b>1.398.347,28</b>	<b>1.670.683,79</b>	<b>Vinculada</b>	<b>1.738.499,71</b>	<b>736.923,59</b>		
Recursos vinculados à educação			Recursos vinculados à educação				
Recursos vinculados à saúde			Recursos vinculados à saúde				
Recursos vinculados à previdência social - RPPS			Recursos vinculados à previdência social - RPPS				
Recursos vinculados à seguridade social			Recursos vinculados à seguridade social				
Outras destinações de recursos	1.398.347,28	1.670.683,79	Outras destinações de recursos	1.738.499,71	736.923,59		
<b>(-) Deduções da receita</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>					
<b>Ordinária</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>					
<b>Vinculada</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>					
Recursos vinculados à educação							
Recursos vinculados à saúde							
Recursos vinculados à previdência social - RPPS							
Recursos vinculados à seguridade social							
Outras destinações de recursos							
<b>Transferências financeiras recebidas (II) NOTA 2</b>	<b>1.435.858,63</b>	<b>1.579.581,11</b>	<b>Transferências financeiras concedidas (VII) NOTA 6</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
Para execução orçamentária	1.435.858,63	1.579.581,11	Para execução orçamentária				
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS			Independente da execução orçamentária - Intra OFSS				
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS			Para cobertura de déficit financeiro do RPPS				
<b>Recebimentos extraorçamentários (III) NOTA 3</b>	<b>882.566,94</b>	<b>727.076,39</b>	<b>Pagamentos extraorçamentários (VIII) NOTA 7</b>	<b>590.656,94</b>	<b>297.202,07</b>		
Inscrição de restos a pagar processados	11.088,80	26.957,62	Pagamento de restos a pagar processados	25.857,62			
Inscrição de restos a pagar não processados	540.267,98	390.883,96	Pagamento de restos a pagar não processados	239.578,58			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	310.078,76	309.234,81	Depósitos restituíveis e valores vinculados	325.220,74	297.202,07		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	21.131,40		Outros Pagamentos Extraorçamentários				
<b>Saldo em espécie do exercício anterior (IV) NOTA 4</b>	<b>1.145.474,95</b>	<b>235.498,15</b>	<b>Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX) NOTA 8</b>	<b>860.430,88</b>	<b>1.145.474,95</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.145.474,95	235.498,15	Caixa e equivalentes de caixa	860.430,88			
Investimentos e aplicações temporárias			Investimentos e aplicações temporárias				
Depósitos restituíveis e valores vinculados			Depósitos restituíveis e valores vinculados				
Outros rendimentos			Outros rendimentos				
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>4.863.572,98</b>	<b>4.263.458,47</b>	<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>4.863.572,98</b>	<b>4.263.458,47</b>		

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

**PATRICIA DUARTE NOGUEIRA TAVARES**  
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**ROSTAND FALCÃO DE LIMA**

CONTADOR  
Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCÃO DE LIMA  
Acesse em: <https://eicr.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam?codigo=documento:41992721-d596d-172766-800b537386d56>  
CRC/PE - 019974/O-8





**Fundo Municipal de Assistência Social**

# **BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Assistência Social**

**Exercício de 2018**

**Balanço Financeiro**  
**Anexo 13 da Lei Federal 4.320/64**

**Prestação de Contas de Gestão**  
**Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, atualizada**  
**pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019**



## APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Assistência Social contemplam a execução a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanço Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil **E-Pública**, como nas respectivas Notas Explicativas.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 9 – Contabilização de retenções; 10 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 11 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 12 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 13 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 052, de 13 de fevereiro de 2019, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida fluante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.



Analisando os resultados de 2018, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram **R\$ 1.399.672,46**. E os ingressos extraorçamentários **R\$ 882.566,94**. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de **R\$ 3.412.485,16**. Os desembolsos extraorçamentários foram de **R\$ 590.656,94**. As transferências financeiras concedidas e recebidas foram no total de **R\$ 1.435.858,63**. Os saldos vindos do exercício anterior (01/01/2018) totalizaram **R\$ 1.145.474,95**. Ao final do exercício (31/12/2018) os saldos finais totalizaram **R\$ 860.430,88**, gerando o resultado (deficitário) de **R\$ 285.044,07**.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes ao Fundo Municipal de Assistência Social.

**PATRÍCIA DUARTE NOGUEIRA TAVARES**  
**Secretária de Assistência Social**

**BALANÇO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SALGUEIRO**  
**Demonstrações Contábeis da Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social de**  
**Município de Salgueiro**  
**Exercício de 2018**



(Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, atualizada pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2018)

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)**

**a) INFORMAÇÕES GERAIS:**

<b>Nome do órgão ou entidade:</b> Fundo Municipal de Assistência Social
<b>Natureza jurídica (conforme código da RFB):</b> 120-1 – Fundo Público
<b>CNPJ:</b> 12.027.569/0001-20
<b>Domicílio do órgão ou entidade:</b> PC. Prof. Urbano Gomes de Sá, nº 65 – Bairro: Centro – Cidade: Salgueiro – Pernambuco – CEP: 56.000-000.
<b>Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:</b> O Fundo Municipal de Assistência Social de Salgueiro concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 "Fundo Público" possui como atividade principal "a administração pública geral". Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos de assistência social, bem como a realização de investimentos necessários no serviço de assistência ao público e inserir/acompanhar ações sociais no município. A natureza de suas operações deriva de repasses do tesouro municipal e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 60.604 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2,2%. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2.078/2017 de 20 de dezembro de 2017 (LOA para o ano de 2018).
<b>Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:</b> Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
<b>As demonstrações contábeis:</b> A demonstração contábil abrange o Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Salgueiro, conforme a seguir: 1) Fundo Municipal de Assistência Social
<b>Dados do gestor (Prefeito (a) do Município):</b> Nome: Patrícia Duarte Nogueira Tavares. Cargo: Secretária. Período de gestão: 01/01/2018 a 31/12/2018.
<b>Dados do contador (a) do Fundo Municipal responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis e notas explicativas:</b> Nome: Rostand Falcão de lima. CRC-PE nº 019974/O-8. E-mail: rostandfalcao@hotmail.com
<b>Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Municipal de Assistência Social:</b> Nome: Paulo Ribeiro de Souza. Portaria nº: 078/2017. E-mail: paulo1220.pe@hotmail.com
<b>Dados do Controlador Geral do Município:</b> Nome: Franclecio Leandro de Sá Parente. Portaria nº: 963/2018. E-mail: franclecio.parente@gmail.com
<b>Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:</b> Fundos - E-Pública;
<b>Endereço eletrônico do Portal da Transparência:</b> <a href="http://www.salgueiro.pe.gov.br/transparencia/index.htm">www.salgueiro.pe.gov.br/transparencia/index.htm</a> .

**b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:**

**b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:**

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade









**c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:**

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseada em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018  
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

<b>Fundo Municipal de Assistência Social de Salgueiro</b>			
RUA XOAQUEM SAMPAIO, 279 - N 5 DAS GRAÇAS - 55.000-000 - Salgueiro/ PE CNPJ: 12.027.569/0001-20		Usuário: Rostand	Chave de Autenticação 1799-3194-625
		Página 1 / 1	
<b>Anexo 13 - Balanço Financeiro</b>			
Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018 Despesa realizada: Empenhada			
<b>Ingressos</b>			
ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita orçamentária (I)   NOTA 1</b>		<b>1.399.672,46</b>	<b>1.721.302,82</b>
Ordinária		1.325,18	50.619,03
Vinculada		1.398.347,28	1.670.683,79
Recursos vinculados à educação			
Recursos vinculados à saúde			
Recursos vinculados à previdência social - RPPS			
Recursos vinculados à seguridade social			
Outras destinações de recursos		1.398.347,28	1.670.683,79
<b>(-) Deduções da receita</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ordinária		0,00	0,00
Vinculada		0,00	0,00
Recursos vinculados à educação			
Recursos vinculados à saúde			
Recursos vinculados à previdência social - RPPS			
Recursos vinculados à seguridade social			
Outras destinações de recursos			
<b>Transferências financeiras recebidas (II)   NOTA 2</b>		<b>1.435.858,63</b>	<b>1.579.581,11</b>
Para execução orçamentária		1.435.858,63	1.579.581,11
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS			
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS			
<b>Recebimentos extraorçamentários (III)   NOTA 3</b>		<b>882.566,94</b>	<b>727.076,39</b>
Inscrição de restos a pagar processados		11.088,80	26.957,62
Inscrição de restos a pagar não processados		540.267,98	390.883,96
Depósitos restituíveis e valores vinculados		310.078,76	309.234,81
Outros Recebimentos Extraorçamentários		21.131,40	
<b>Saldo em espécie do exercício anterior (IV)   NOTA 4</b>		<b>1.145.474,95</b>	<b>235.498,15</b>
Caixa e equivalentes de caixa		1.145.474,95	235.498,15
Investimentos e aplicações temporárias			
Depósitos restituíveis e valores vinculados			
Outros rendimentos			
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>4.863.572,98</b>	<b>4.263.458,47</b>

**Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA:** O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2018 foi de R\$ 1.399.672,46.

**Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS:** O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 1.435.858,63 e para cobertura do déficit financeiro do RPPS de R\$ 0,00, ambas totalizando o valor de R\$ 1.435.858,63.

**Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS:** Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 882.566,94, sendo R\$ 310.078,76, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 551.356,78 relativo a inscrição dos restos a pagar e R\$ 21.131,40 de outros recebimentos extraorçamentários.

**Nota 4) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR:** O valor disponível em bancos em 31/12/2017 foi de R\$ 1.145.474,95, além de R\$ 0,00 em investimentos e aplicações temporárias. O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00.

Foi incluído no saldo em espécie anterior na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 0,00 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN n° 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 7ª Edição/Anexos/PCASP/IPC 00 Anexo 03. Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.



		Dispêndios	
ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa orçamentária (VI)</b>	<b>NOTA 5</b>	<b>3.412.485,16</b>	<b>2.820.781,45</b>
<b>Ordinária</b>		<b>1.673.985,45</b>	<b>2.083.857,86</b>
<b>Vinculada</b>		<b>1.738.499,71</b>	<b>736.923,59</b>
Recursos vinculados à educação			
Recursos vinculados à saúde			
Recursos vinculados à previdência social - RPPS			
Recursos vinculados à seguridade social			
Outras destinações de recursos		1.738.499,71	736.923,59
<b>Transferências financeiras concedidas (VII)</b>	<b>NOTA 6</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Para execução orçamentária			
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS			
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS			
<b>Pagamentos extraorçamentários (VIII)</b>	<b>NOTA 7</b>	<b>590.656,94</b>	<b>297.202,07</b>
Pagamento de restos a pagar processados		25.857,62	
Pagamento de restos a pagar não processados		239.578,58	
Depósitos restituíveis e valores vinculados		325.220,74	297.202,07
Outros Pagamentos Extraorçamentários			
<b>Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX)</b>	<b>NOTA 8</b>	<b>860.430,88</b>	<b>1.145.474,95</b>
Caixa e equivalentes de caixa		860.430,88	1.145.474,95
Investimentos e aplicações temporárias			
Depósitos restituíveis e valores vinculados			
Outros rendimentos			
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>4.863.572,98</b>	<b>4.263.458,47</b>

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 3.412.485,16.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 590.656,94. Deste valor os restos a pagar processados somam R\$ 25.857,62, os restos a pagar não processados R\$ 239.578,58, enquanto os depósitos consignações e valores restituíveis somam R\$ 325.220,74.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2018 foi de R\$ 860.430,88, além de R\$ 0,00 em investimentos e aplicações temporárias e depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00, totalizando R\$ 860.430,88. Ao compararmos o saldo ao final do exercício de 2017 (R\$ 1.145.474,95), nota-se uma variação negativa na ordem de R\$ -285.044,07.

Foi incluído no saldo em espécie para o exercício seguinte na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 0,00 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 7ª Edição/Anexos/PCASP/IPC 00 Anexo 03. Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

**d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

**d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:**  
Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

**d.2. Divulgações não financeiras:**  
Não se aplica a este demonstrativo.

**d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**  
Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

**d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:**  
Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

**e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:**

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00



f) **INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE ENVOLVEM O USO DE CAIXA:**

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) **INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 047/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**

**g.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalentes de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**g.2. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço Financeiro:**

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

**g.3. Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:**

Rubrica	Fonte de Recursos Próprios	Fonte de Recursos Vinculados
1.7.2.1.01.02.01 Cota parte do FPM.	0,00	0,00
1.7.2.1.01.05.01 Cota parte do ITR.	0,00	0,00
1.7.2.1.36.01.00 ICMS Desoneração LC 87/96.	0,00	0,00
1.7.2.2.01.01.00 ICMS Estado	0,00	0,00
1.7.2.2.01.02.00 IPVA	0,00	0,00
1.7.2.2.01.04.00 IPI	0,00	0,00
1.3.2.8.10.00.00 Remunerações do RPPS	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções na fonte de recursos ordinários e do RPPS. Desta forma, a receita bruta total foi de R\$ 0,00, enquanto as deduções somam R\$ 0,00 representando o valor líquido de R\$ 0,00.

h) **PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:**

**i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):**

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DELIMA  
Acesse em: https://tcece.tce.pe.gov.br/portal/assinatura/assinatura.do?codigo\_documento=44199221-4398-4223-2744-800027260456





	conforme MCASP.	Social	normativo específico da STN.	
<b>Ação</b>	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2022	Concluído
<b>Ação</b>	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP

<b>Ação</b>	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP

<b>Ação</b>	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP

<b>Ação</b>	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 44199221-4398-4333-434a-800b37386d56

---

PATRÍCIA DUARTE NOGUEIRA TAVARES  
**Secretário de Assistência Social**

---

ROSTAND FALCÃO DE LIMA  
Contador  
CRC-PE Nº 019974/O-8







**Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
de Salgueiro - COMDICAS**

**BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL  
COMDICAS.**

Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal COMDICAS.

Exercício de 2018

**Balanco Financeiro**  
**Anexo 13 da Lei Federal 4.320/64**

**Prestação de Contas de Gestão**  
**Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, atualizada**  
**pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019**



## APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil **Pública**, como nas respectivas Notas Explicativas.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 9 – Contabilização de retenções; 10 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 11 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 12 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 13 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo XIX e XXI, da Resolução TCE-PE nº 052, de 13 de fevereiro de 2019, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.



Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os resultados de 2018, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram **R\$ 266.591,27**. E os ingressos extraorçamentários **R\$ 0,00**. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de **R\$ 78,50**. Os desembolsos extraorçamentários foram de **R\$ 0,00**. As transferências financeiras concedidas e recebidas foram no total de **R\$ 0,00**. Os saldos vindos do exercício anterior (01/01/2018) totalizaram **R\$ 57.686,11**. Ao final do exercício (31/12/2018) os saldos finais totalizaram **R\$ 324.198,88**, gerando o resultado (superavitário) de **R\$ 266.512,77**.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

**JOSIVAN DA SILVA SARAIVA**  
**Coordenador**

# BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SALGUEIRO – COMDICAS.

## Demonstrações Contábeis da Gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Exercício de 2018

Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, atualizada pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019)

### NOTAS EXPLICATIVAS (ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

#### a) INFORMAÇÕES GERAIS:

<b>Nome do órgão ou entidade:</b> Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salgueiro – COMDICAS.
<b>Natureza jurídica (conforme código da RFB):</b> 120-1 – Fundo Público
<b>CNPJ:</b> 03.595.835/0001-20
<b>Domicílio do órgão ou entidade:</b> Av. Aurora de Carvalho Rosa, nº 2240 – Bairro: Santo Antonio – Cidade: Salgueiro – Pernambuco – CEP: 56.000-000.
<b>Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:</b> O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salgueiro concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral". A população estimada pelo IBGE é de 60.604 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2.2%. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2.078 de 20 de Janeiro de 2017 (LOA 2018). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).
<b>Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:</b> Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
<b>As demonstrações contábeis:</b> A demonstração contábil abrange o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Salgueiro, conforme a seguir: 1) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
<b>Dados do gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município:</b> Nome: Josivan da Silva Saraiva. Cargo: Coordenador. Período de gestão: 20/06/2018 a 31/12/2018.
<b>Dados do contador (a) do Fundo Municipal responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis e notas explicativas:</b> Nome: Rostand Falcão de Lima. CRC-PE nº 019974/O-8. E-mail: rostandfalcao@hotmail.com
<b>Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salgueiro:</b> Nome: Paulo Ribeiro de Souza. Portaria nº: 078/2017. E-mail: paulo1220.pe@hotmail.com
<b>Dados do Controlador Geral do Município:</b> Nome: Franclecio Leandro de Sá Parente. Portaria nº: 963/2018. E-mail: franclecio.parente@gmail.com
<b>Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:</b> Fundos - E-Pública;
<b>Endereço eletrônico do Portal da Transparência:</b> <a href="http://www.salgueiro.pe.gov.br/transparencia/index.htm">www.salgueiro.pe.gov.br/transparencia/index.htm</a>

#### b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

##### b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados





pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 047/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

#### **b.2. Bases de mensuração utilizadas:**

O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

##### **b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:**

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

##### **b.2.2 Créditos a curto prazo:**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

##### **b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:**

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

##### **b.2.4 Estoques:**

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

##### **b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:**

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

##### **b.2.6 Imobilizado:**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

##### **b.2.7 Intangível:**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que



tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis a não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

#### **b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

#### **b.2.9 Passivo circulante e não circulante:**

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

#### **b.2.10 Empréstimos e financiamentos:**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **b.2.11 Provisões:**

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

#### **b.2.12 Apuração do resultado:**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

#### **b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:**

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

#### **b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Financeiro.

A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBIL ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018  
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)

Ingressos		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita orçamentária (I) NOTA 1</b>	<b>266.591,27</b>	<b>10.713,51</b>
Ordinária	248.295,23	2.768,88
Vinculada	18.296,04	7.944,63
Recursos vinculados à educação		
Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos	18.296,04	7.944,63
<b>(-) Deduções da receita</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ordinária	0,00	0,00
Vinculada	0,00	0,00
Recursos vinculados à educação		
Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos		
<b>Transferências financeiras recebidas (II) NOTA 2</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Para execução orçamentária		
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		
<b>Recebimentos extraorçamentários (III) NOTA 3</b>	<b>0,00</b>	<b>42.500,00</b>
Inscrição de restos a pagar processados		24.662,50
Inscrição de restos a pagar não processados		17.500,00
Depósitos restituíveis e valores vinculados		337,50
Outros Recebimentos Extraorçamentários		
<b>Saldo em espécie do exercício anterior (IV) NOTA 4</b>	<b>57.686,11</b>	<b>47.039,10</b>
Caixa e equivalentes de caixa	57.686,11	47.039,10
Investimentos e aplicações temporárias		
Depósitos restituíveis e valores vinculados		
Outros rendimentos		
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>324.277,38</b>	<b>100.252,61</b>

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2018 foi de R\$ 266.591,27.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 0,00 e para cobertura do déficit financeiro do RPPS de R\$ 0,00, ambas totalizando o valor de R\$ 0,00.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 42.500,00, sendo R\$ 337,50, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 42.162,50 relativo a inscrição dos restos a pagar e R\$ 0,00 de outros recebimentos extraorçamentários.

Nota 4) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2017 foi de R\$ 57.686,11, além de R\$ 0,00 em investimentos e aplicações temporárias. O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00. Foi incluído no saldo em espécie anterior na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 0,00 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN n° 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 7ª Edição/Anexos/PCASP/IPC 00 Anexo 03. Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.



Dispêndios			
ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa orçamentária (VI) NOTA 5</b>		<b>78,50</b>	<b>42.566,50</b>
Ordinária		0,00	42.566,50
Vinculada		78,50	0,00
Recursos vinculados à educação			
Recursos vinculados à saúde			
Recursos vinculados à previdência social - RPPS			
Recursos vinculados à seguridade social			
Outras destinações de recursos		78,50	
<b>Transferências financeiras concedidas (VII) NOTA 6</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Para execução orçamentária			
Independente da execução orçamentária - Intra OPSS			
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS			
<b>Pagamentos extraorçamentários (VIII) NOTA 7</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Pagamento de restos a pagar processados			
Pagamento de restos a pagar não processados			
Depósitos restituíveis e valores vinculados			
Outros Pagamentos Extraorçamentários			
<b>Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX) NOTA 8</b>		<b>324.198,88</b>	<b>57.686,11</b>
Caixa e equivalentes de caixa		324.198,88	57.686,11
Investimentos e aplicações temporárias			
Depósitos restituíveis e valores vinculados			
Outros rendimentos			
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>324.277,38</b>	<b>100.252,61</b>

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 78,50.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 0,00. Deste valor os restos a pagar processados somam R\$ 0,00, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 0,00.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2018 foi de R\$ 324.198,88. além de R\$ 0,00 em investimentos e aplicações temporárias e depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00, totalizando R\$ 324.198,88. Ao compararmos o saldo ao final do exercício de 2017 (R\$ 57.686,11), nota-se uma variação positiva na ordem de R\$ 266.512,77.

Foi incluído no saldo em espécie para o exercício seguinte na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 0,00 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 7ª Edição/Anexos/PCASP/IPC 00 Anexo 03. Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

**d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

<b>d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:</b> Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
<b>d.2.Divulgações não financeiras:</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:</b> Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
<b>d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:</b> Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

**e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:**

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00





f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 047/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

**g.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**g.2. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço Financeiro:**

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

**g.3. Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:**

Rubrica	Fonte de Recursos Próprios	Fonte de Recursos Vinculados
1.7.2.1.01.02.01 Cota parte do FPM.	0,00	0,00
1.7.2.1.01.05.01 Cota parte do ITR.	0,00	0,00
1.7.2.1.36.01.00 ICMS Desoneração LC 87/96.	0,00	0,00
1.7.2.2.01.01.00 ICMS Estado	0,00	0,00
1.7.2.2.01.02.00 IPVA	0,00	0,00
1.7.2.2.01.04.00 IPI	0,00	0,00
1.3.2.8.10.00.00 Remunerações do RPPS	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções na fonte de recursos ordinários e do RPPS. Desta forma, a receita bruta total foi de R\$ 0,00 enquanto as deduções somam R\$ 0,00 representando o valor líquido de R\$ 0,00

h) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

**i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):**

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	31/12/2017	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2020	Em andamento
<b>Ação</b>	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2020	Em andamento
<b>Ação</b>	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2023	Em andamento
<b>Ação</b>	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2023	Em andamento
<b>Ação</b>	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2016	Concluído
<b>Ação</b>	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de <i>softwares</i> , marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>



	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	<b>17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2022	Concluído
<b>Ação</b>	<b>19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

**PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP**

<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído

**PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP**

<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP**

<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 44199221-4398-4333-434a-800b37386d56

---

**JOSIVAN DA SILVA SARAIVA**  
Coordenador

---

**ROSTAND FALCÃO DE LIMA**  
Contador  
CRC-PE Nº 019974/O-8

# Fundo Municipal dos Direitos do Idoso

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE  
CNPJ: 26.184.900/0001-20

Usuário: Karoline Alves

Chave de Autenticação  
1398-7973-661

Página  
1 / 1

## Anexo 13 - Balanço Financeiro

Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

Despesa realizada: Empenhada

Ingressos			Dispêndios		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita orçamentária (I) NOTA 1</b>	<b>470.204,62</b>	<b>660.322,72</b>	<b>Despesa orçamentária (VI) NOTA 5</b>	<b>375.460,00</b>	<b>283.203,56</b>
<b>Ordinária</b>	<b>204,62</b>	<b>657.188,86</b>	<b>Ordinária</b>	<b>374.675,00</b>	<b>283.203,56</b>
<b>Vinculada</b>	<b>470.000,00</b>	<b>3.133,86</b>	<b>Vinculada</b>	<b>785,00</b>	<b>0,00</b>
Recursos vinculados à educação			Recursos vinculados à educação		
Recursos vinculados à saúde			Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS			Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social			Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos	470.000,00	3.133,86	Outras destinações de recursos	785,00	
<b>(-) Deduções da receita</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			
<b>Ordinária</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			
<b>Vinculada</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			
Recursos vinculados à educação					
Recursos vinculados à saúde					
Recursos vinculados à previdência social - RPPS					
Recursos vinculados à seguridade social					
Outras destinações de recursos					
<b>Transferências financeiras recebidas (II) NOTA 2</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>Transferências financeiras concedidas (VII) NOTA 6</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Para execução orçamentária			Para execução orçamentária		
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS			Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS			Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		
<b>Recebimentos extraorçamentários (III) NOTA 3</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>Pagamentos extraorçamentários (VIII) NOTA 7</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Inscrição de restos a pagar processados			Pagamento de restos a pagar processados		
Inscrição de restos a pagar não processados			Pagamento de restos a pagar não processados		
Depósitos restituíveis e valores vinculados			Depósitos restituíveis e valores vinculados		
Outros Recebimentos Extraorçamentários			Outros Pagamentos Extraorçamentários		
<b>Saldo em espécie do exercício anterior (IV) NOTA 4</b>	<b>377.119,16</b>	<b>0,00</b>	<b>Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX) NOTA 8</b>	<b>471.863,78</b>	<b>377.119,16</b>
Caixa e equivalentes de caixa	377.119,16		Caixa e equivalentes de caixa	471.863,78	377.119,16
Investimentos e aplicações temporárias			Investimentos e aplicações temporárias		
Depósitos restituíveis e valores vinculados			Depósitos restituíveis e valores vinculados		
Outros rendimentos			Outros rendimentos		
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>847.323,78</b>	<b>660.322,72</b>	<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>847.323,78</b>	<b>660.322,72</b>

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

PATRICIA DUARTE NOGUEIRA TAVARES  
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ROSTAND FALCÃO DE LIMA

CONTADOR  
Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCÃO DE LIMA  
Acesse em: <https://eic.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a41992721-d596d-1727668-895d-413531434-800b57386d56  
CRC/PE - 019974/O-8





**Fundo Municipal dos Direitos do Idoso**

# **BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DO FMDI**

Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso.

Exercício de 2018

**Balanço Financeiro**  
**Anexo 13 da Lei Federal 4.320/64**

**Prestação de Contas de Gestão**  
**Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, atualizada**  
**pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019**



## APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Educação contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil **E-Pública**, como nas respectivas Notas Explicativas.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 9 – Contabilização de retenções; 10 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 11 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 12 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 13 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 052, de 13 de fevereiro de 2019, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida fluante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.



Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os resultados de 2018, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram **R\$ 470.204,62**. E os ingressos extraorçamentários **R\$ 0,00**. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de **R\$ 375.460,00**. Os desembolsos extraorçamentários foram de **R\$ 0,00**. As transferências financeiras concedidas e recebidas foram no total de **R\$ 0,00**. Os saldos vindos do exercício anterior (01/01/2018) totalizaram **R\$ 377.119,16**. Ao final do exercício (31/12/2018) os saldos finais totalizaram **R\$ 471.863,78**, gerando o resultado (superavitário) de **R\$ 94.744,62**.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes ao Fundo Municipal Do Idoso.

**PATRÍCIA DUARTE NOGUEIRA TAVARES**  
**Secretária de Assistência Social**



**BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE SALGUEIRO**  
**Demonstrações Contábeis da Gestão do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de**  
**Município de Salgueiro**  
**Exercício de 2018**



Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, atualizada pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019)

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)**

**a) INFORMAÇÕES GERAIS:**

<b>Nome do órgão ou entidade:</b> Fundo Municipal dos Direitos do Idoso.
<b>Natureza jurídica (conforme código da RFB):</b> 120-1 – Fundo Público
<b>CNPJ:</b> 26.184.900/0001-20
<b>Domicílio do órgão ou entidade:</b> Rua Joaquim Sampaio, nº 279 – Bairro: N. S. Das Graças – Cidade: Salgueiro – Pernambuco – CEP: 56.000-000.
<b>Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:</b> O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Salgueiro concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral". A população estimada pelo IBGE é de 60.604 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2.2%. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2.078 de 20 de dezembro de 2017 (LOA 2018). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).
<b>Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:</b> Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840 de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
<b>As demonstrações contábeis:</b> A demonstração contábil abrange o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso do Município de Salgueiro, conforme a seguir: 1) Fundo Municipal dos Direitos do Idoso.
<b>Dados do gestor do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso do Município:</b> Nome: Patrícia Duarte Nogueira Tavares. Cargo: Secretária. Período de gestão: 01/01/2018 a 31/12/2018.
<b>Dados do contador (a) do Fundo Municipal responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis e notas explicativas:</b> Nome: Rostand Falcão de Lima. CRC-PE nº 019974/O-8. E-mail: rostandfalcao@hotmail.com
<b>Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso:</b> Nome: Paulo Ribeiro de Souza. Portaria nº: 078/2017. E-mail: paulo1220.pe@hotmail.com
<b>Dados do Controlador Geral do Município:</b> Nome: Franclecio Leandro de Sá Parente. Portaria nº: 963/2018. E-mail: franclecio.parente@gmail.com
<b>Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:</b> Fundos - E-Pública;
<b>Endereço eletrônico do Portal da Transparência:</b> <a href="http://www.salgueiro.pe.gov.br/transparencia/index.htm">www.salgueiro.pe.gov.br/transparencia/index.htm</a>

**b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:**

**b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:**

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA  
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam>



consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 047/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

#### **b.2. Bases de mensuração utilizadas:**

O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

##### **b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:**

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

##### **b.2.2 Créditos a curto prazo:**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

##### **b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:**

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

##### **b.2.4 Estoques:**

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

##### **b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:**

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

##### **b.2.6 Imobilizado:**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do Fundo Municipal do Idoso deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

##### **b.2.7 Intangível:**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.



#### **b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

#### **b.2.9 Passivo circulante e não circulante:**

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

#### **b.2.10 Empréstimos e financiamentos:**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **b.2.11 Provisões:**

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

#### **b.2.12 Apuração do resultado:**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do Fundo Municipal do Idoso segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

#### **b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:**

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

#### **b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Financeiro.

A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.

### **c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:**



c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018  
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)

Ingressos		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita orçamentária (I) NOTA 1</b>	<b>470.204,62</b>	<b>660.322,72</b>
Ordinária	204,62	657.188,86
Vinculada	470.000,00	3.133,86
Recursos vinculados à educação		
Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos	470.000,00	3.133,86
<b>(-) Deduções da receita</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ordinária	0,00	0,00
Vinculada	0,00	0,00
Recursos vinculados à educação		
Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos		
<b>Transferências financeiras recebidas (II) NOTA 2</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Para execução orçamentária		
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		
<b>Recebimentos extraorçamentários (III) NOTA 3</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Inscrição de restos a pagar processados		
Depósitos restituíveis e valores vinculados		
Outros Recebimentos Extraorçamentários		
<b>Saldo em espécie do exercício anterior (IV) NOTA 4</b>	<b>377.119,16</b>	<b>0,00</b>
Caixa e equivalentes de caixa	377.119,16	
Investimentos e aplicações temporárias		
Depósitos restituíveis e valores vinculados		
Outros rendimentos		
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>847.323,78</b>	<b>660.322,72</b>

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2018 foi de R\$ 470.204,62.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 0,00 e para cobertura do déficit financeiro do RPPS de R\$ 0,00, ambas totalizando o valor de R\$ 0,00.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 0,00, sendo R\$ 0,00, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 0,00 relativo a inscrição dos restos a pagar e R\$ 0,00 de outros recebimentos extraorçamentários.

Nota 4) SALDO DO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2017 foi de R\$ 377.119,16, além de R\$ 0,00 em investimentos e aplicações temporárias. O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00.

Foi incluído no saldo em espécie anterior na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 0,00 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 7ª Edição/Anexos/PCASP/IPC 00 Anexo 03. Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.



<b>Dispêndios</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>		<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Despesa orçamentária (VI)</b>	<b>NOTA 5</b>	<b>375.460,00</b>	<b>283.203,56</b>
Ordinária		374.675,00	283.203,56
Vinculada		785,00	0,00
Recursos vinculados à educação			
Recursos vinculados à saúde			
Recursos vinculados à previdência social - RPPS			
Recursos vinculados à seguridade social			
Outras destinações de recursos		785,00	
<b>Transferências financeiras concedidas (VII)</b>	<b>NOTA 6</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Para execução orçamentária			
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS			
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS			
<b>Pagamentos extraorçamentários (VIII)</b>	<b>NOTA 7</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Pagamento de restos a pagar processados			
Pagamento de restos a pagar não processados			
Depósitos restituíveis e valores vinculados			
Outros Pagamentos Extraorçamentários			
<b>Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX)</b>	<b>NOTA 8</b>	<b>471.863,78</b>	<b>377.119,16</b>
Caixa e equivalentes de caixa		471.863,78	377.119,16
Investimentos e aplicações temporárias			
Depósitos restituíveis e valores vinculados			
Outros rendimentos			
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>847.323,78</b>	<b>660.322,72</b>

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 470.204,62.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 0,00. Deste valor os restos a pagar processados somam R\$ 0,00, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 0,00.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2018 foi de R\$ 471.863,78. além de R0,00 em investimentos e aplicações temporárias e depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00, totalizando R\$ 0,00. Ao compararmos o saldo ao final do exercício de 2017 (R\$ 377.119,16), nota-se uma variação positiva na ordem de R\$ 94.744,62.

Foi incluído no saldo em espécie para o exercício seguinte na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 0,00 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN n° 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 7ª Edição/Anexos/PCASP/IPC 00 Anexo 03. Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

**d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

**d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:**

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

**d.2.Divulgações não financeiras:**

Não se aplica a este demonstrativo.

**d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

**d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:**

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

**e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:**



Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:**

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**g) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 047/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**

**g.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**g.2.Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço Financeiro:**

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

**g.3.Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:**

Rubrica	Fonte de Recursos Próprios	Fonte de Recursos Vinculados
1.7.2.1.01.02.01 Cota parte do FPM.	0,00	0,00
1.7.2.1.01.05.01 Cota parte do ITR.	0,00	0,00
1.7.2.1.36.01.00 ICMS Desoneração LC 87/96.	0,00	0,00
1.7.2.2.01.01.00 ICMS Estado	0,00	0,00
1.7.2.2.01.02.00 IPVA	0,00	0,00
1.7.2.2.01.04.00 IPI	0,00	0,00
1.3.2.8.10.00.00 Remunerações do RPPS	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções na fonte de recursos ordinários e do RPPS. Desta forma, a receita bruta total foi de R\$ 0,00, enquanto as deduções somam R\$ 0,00, representando o valor líquido de R\$ 0,00.

**h) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:**

**i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):**

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	31/12/2017	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2021	Concluído



<b>Ação</b>	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto crédito tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2020	Em andamento
<b>Ação</b>	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2020	Em andamento
<b>Ação</b>	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2023	Em andamento
<b>Ação</b>	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2023	Em andamento
<b>Ação</b>	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2016	Concluído
<b>Ação</b>	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de <i>softwares</i> , marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>



	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	<b>16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	<b>17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2022	Concluído
<b>Ação</b>	<b>19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP

<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP

<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP

<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído





Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA  
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 44199221-4398-4333-434a-800b37386d56

	MCASP.		
--	--------	--	--

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

---

PATRÍCIA DUARTE NOGUEIRA TAVARES  
**Secretário de Assistência Social**

---

ROSTAND FALCÃO DE LIMA  
Contador  
CRC-PE Nº 019974/O-8